

Reforma Tributária

Brasil está retrocedendo em matéria tributária, diz ex-chefe da Receita

Everardo Maciel criticou projeto de isenção do Imposto de Renda

Caren Mello

caren.mello@jcrs.com.br

O projeto de lei que prevê isentar o Imposto de Renda para brasileiros que ganham até R\$ 5 mil foi analisado pelo ex-chefe da Receita Federal, Everardo Maciel, durante o 1º Fórum Atacadista. O economista fez parte do segundo painel do evento que reuniu centenas de empresários no encontro promovido pelo Sindiatacadistas-RS.

Maciel, que esteve à frente da Receita entre os anos de 1995 e 2002, classificou como “eleitoreira” a medida que tramita no Congresso Nacional. O Brasil, que havia se tornado uma referência para o mundo em matéria tributária, está se perdendo, lembrou. “Tudo está sendo destruído de maneira

meticulosa. Estamos dando passos para trás”, alertou.

O palestrante, que hoje se dedica à Consultoria Tributária, lembrou que, entre os anos de 1996 e 2002, a declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, teve um crescimento real. Com as alterações, o sistema dará margem para sonegação. “O imposto é guiado pelo princípio da Capacidade Contributiva, com uma graduação de progressividade. Em princípio, todos deveriam pagar impostos. Em 1994, a isenção era de R\$ 524,00, hoje, de R\$ 3.036,00. A atualização daqueles valores, seria R\$ 3.801,00. Se tomarmos o índice do limite de isenção daquele ano e corrigir pelo IPCA, até a data da remessa do projeto, teríamos R\$ 3.801,00. Ora, a variação do IPCA previsto para 2026, não vai chegar a R\$ 5 mil, nem por esse critério. O que significa dizer: é um aumento real do limite de remuneração”, explicou. Além disso, se for considerado que a renda mé-



Um dos painelistas do evento, na sede da Fecomércio, Maciel prevê uma crise fiscal no País

dia do brasileiro é de R\$ 2.069,00, os R\$ 5 mil seriam quase o dobro. O Brasil passará a ter um dos maiores limites de isenção, segundo ele. “É a maior isenção de que qualquer país do continente americano e maior do que qualquer país da Europa, com exceção dos escandinavos.”

A elevação da isenção do IRPF significa isentar 65% dos atuais contribuintes. Para Maciel, não se trata de uma virtude. O ideal seria aumentar a renda. Da mesma forma, ele citou o equívoco do aumento da carga para quem ganha acima de R\$ 50 mil, valor criado de forma arbitrária, sem explicação convincente.

Com a criação da alíquota efetiva, que será sempre menor que uma alíquota nominal e com apuração complexa, a novidade pode determinar contradições que, provavelmente, terminarão em discussão nos tribunais. Como exemplo, lembrou que, uma pessoa portadora de moléstia grave (isenta de imposto) que recebe R\$ 50 mil, não vai pagar imposto, mas vai cair no IRPF Mínimo, outra novidade contraditória do projeto.

“Esse projeto não tem precedente jurisprudencial. Induz a erros e a sonegação, mas não há possibilidade de derrubá-lo”, suscitou. Segundo Maciel no Brasil, qualquer

proposição que pareça benefício, passa a ser imbatível. Para ele, tem havido um processo de degradação no sistema tributário. “Nos últimos anos em lugar de buscarmos equilíbrio fiscal, com a diminuição de gastos ou revisão dos chamados benefícios fiscais (que não são eficientes), as iniciativas são no sentido de aumentar a carga tributária. Benefício fiscal que não se revela eficaz tem que ser revogado. Há que separar aquilo que é útil para a sociedade daquilo que não é. Vejo que todas as iniciativas tomadas são no sentido de aumentar a carga tributária. Temos uma crise fiscal contratada.”

Para tributarista, reforma não vai terminar com litígios

Dividindo o segundo painel com o ex-chefe da Receita Federal, o advogado Rafael Pandolfo discorreu sobre a “Reforma tributária do consumo: o que não foi dito”. O tributarista demonstrou preocupação com o modo com que a reforma está sendo conduzida. “O

problema é a grande insegurança jurídica. A incerteza faz com que os agentes não entrem no jogo. É preciso transparência”, destacou.

O advogado, que é representante do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças no RS (Ibef-RS), lembrou que o País está a poucos

meses da maior alteração do sistema tributário. Entretanto, ainda não há um comitê gestor instituído, nem um regulamento no qual os contadores possam planejar as alterações. “Nós temos uma constituição escrita e estamos assistindo uma constituição aplicada, diferente-

mente, pelos ministros do Supremo Tribunal Federal. O sistema tributário é a mesma coisa. Temos que entender o paradoxo brasileiro que é o fato de ser um País que arrecada pouco em termos absolutos, mas tributa muito”, disse, fazendo um comparativo com os EUA.

O tributarista lembrou que nos EUA existem 340 milhões de pessoas, e, no Brasil, 202 milhões. A arrecadação para o fisco norte-americano é 10 vezes maior, com uma população 60% maior. Porém, a carga tributária lá é mais baixa. “Os governos tentam vender a ilusão de que, aumentando a tributação, aumenta a arrecadação. É o que eu chamo de arrecadação inorgânica. É falso”, sublinhou. O advogado lembrou ainda que há quem diga que entender a Reforma Tributária significa terminar com litígios. “É o contrário! O litígio só vai terminar quando a arrecadação for suficiente para as necessidades”, sustentou o tributarista.

Para o especialista, as disputas judiciais só irão terminar quando a

arrecadação for minimamente eficaz, o que só acontecerá quando a economia crescer. Os contenciosos entre contribuintes e fisco não vão terminar, segundo ele, uma vez que, sempre que é publicada a lei, ela é aplicada e interpretada.

O ideal seria um projeto estável de crescimento econômico aumentando a base de arrecadação. “A partir dessa perspectiva, quando temos uma arrecadação insuficiente, as zonas cinzentas são disputadas com voracidade, porque para o Fisco, qualquer ampliação da lei gera a arrecadação. Entender que uma reforma tributária vai terminar com o litígio é não conhecer os dados econômicos”, alertou.

O painel teve a intermediação da advogada Tatiane Corrêa, do núcleo jurídico da Fecomércio. Tatiane elogiou o encontro com grandes nomes do Direito Tributário, em meio a muitos complicadores que chegam com a reforma. “As palestras vão ser úteis para vários projetos do governo federal”, lembrou.



Advogado tributarista Rafael Pandolfo é representante do Ibef no Rio Grande do Sul